

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 30 DE ABRIL DE 2001**

*Meu caro amigo e Ministro Francisco Dornelles; Senhor General Alberto Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional; Senhores Presidentes de confederações patronais e dos trabalhadores; Senhoras e Senhores,*

Mais uma vez, participo desta cerimônia, na véspera do Dia do Trabalho, com grande satisfação, porque é uma homenagem àquilo que é essencial para a construção de um Brasil melhor, que nós todos queremos. É o trabalho que constrói o Brasil, é o emprego produtivo, são atividades que contribuem para a riqueza da Nação.

Hoje, produzir, gerar riqueza significa responder a desafios cada vez mais complexos. O mundo do trabalho, nos nossos dias, incorpora, cada vez mais, o mundo da técnica, da ciência, do conhecimento. E a qualificação do trabalhador se torna essencial. Essencial para o próprio trabalhador, que se valoriza com o florescimento do seu talento e com o desenvolvimento de suas potencialidades; e essencial, também, para a empresa, porque ela adquire melhores condições para competir e participar de um mercado que é crescentemente exigente e que, crescente-

mente, ultrapassa as nossas fronteiras nacionais. Mas eu diria que é, sobretudo, essencial para o Brasil, porque é parte indispensável do nosso processo de desenvolvimento e da nossa idéia de justiça.

Temos avançado muito, nesse sentido. O crescimento econômico que estamos obtendo – ainda hoje, as previsões voltam a ser otimistas, de acima de 4% – graças à solidez dos fundamentos da nossa economia, tem permitido melhorar a situação do emprego.

O Ministro Dornelles acabou de fazer referência a dados que são ilustrativos, e me dispense de repeti-los. Quero, apenas, fazer aqui uma afirmação pessoal: quando fui candidato à reeleição, em 98, foi num momento de grande tensão internacional e de crise. E havia um *slogan* na campanha, que eu resisti muito a aceitar que se utilizasse, e que dizia assim: “Quem derrubou a inflação vai derrubar o desemprego.”

Resisti a colocar o *slogan*, porque sei o que significa, hoje, o processo do trabalho e do desemprego no mundo. E sei também, como todos nós aqui sabemos, que há processos que são de ordem técnica, tecnológica mesmo, que levam à dispensa de mão-de-obra e que, portanto, é um desafio que é muito grande. Parecia-me que era um risco muito grande.

Naquela altura, as projeções de desemprego, no Brasil, eram assustadoras. Nós sempre temos as nossas Cassandras, os nossos pseudo-analistas que, ao ver uma nuvem, já imaginam que há tempestade inundando o Brasil. Pois bem, para surpresa, mesmo minha – talvez não do Ministro do Trabalho – temos conseguido combater o desemprego de maneira razoavelmente eficaz.

Recentemente, estive aqui o Primeiro-Ministro da França, Lionel Jospin. A França, também, está enfrentando o mesmo desafio. O Primeiro-Ministro da França é do Partido Socialista, e lá há programas que são muito parecidos com os nossos – esses todos, que o Ministro Dornelles, acabou de recordar, tanto os que dizem respeito a seguro-desemprego, adiestramento do trabalhador, não tanto na área agrícola, porque não é o caso deles, é mais o nosso caso. E ele estava muito satisfeito, porque estavam conseguindo chegar a 9%, partindo de um patamar de 12,5%, 13%, depois de um período de tempo semelhante a

esses anos em que nós estamos, também, lutando, aqui, para reduzir a taxa de desemprego.

A nossa taxa histórica era ao redor de 5%, entre 4% e 5%. O Rio de Janeiro já é assim, hoje. A taxa de desemprego, no Rio de Janeiro, é por volta de 4,5%. Ou seja, volta a taxa histórica do Brasil que corresponde, *grosso modo*, à utilização quase plena da força de trabalho, porque existe o *turn-over*. Mas, mesmo na taxa média, nós chegamos ao mês de março a 6,5%. Não estamos satisfeitos, porque ninguém quer ver ninguém desempregado. Todo mundo quer ver todos empregados. Ainda assim, já me sinto mais confortável comigo mesmo, por ter usado um *slogan* tão desafiador, de dizer que quem derrubou a inflação derrubaria o desemprego.

A inflação continua baixa e o desemprego está baixando. Isso é um esforço de todo este país, e é um esforço, também, do que acabamos de dizer: da qualificação do trabalhador, do desenvolvimento das nossas técnicas, das nossas empresas.

Ainda ontem, estava lendo uma das nossas revistas – creio que a *Veja* – a respeito da indústria no Rio Grande do Sul, onde se vê com muita minúcia o que está acontecendo no chão da fábrica. Talvez aqueles que, apressadamente, façam prognósticos ou que escrevem artigos sempre prevendo o pior, nunca tenham verificado na fábrica o que acontece.

O fato é que a nossa indústria, e não só a nossa indústria, a nossa agricultura, os nossos serviços enfrentaram o desafio tecnológico. Também ao mesmo tempo em que estamos enfrentando as conseqüências do desafio tecnológico, no que diz respeito à ocupação, é preciso que, dentro das fábricas, se enfrentem os desafios tecnológicos pela competitividade. E isso está sendo feito. As modificações estão ocorrendo na técnica de organização da produção.

Hoje, quem vai visitar uma fábrica nova – e tenho visitado, ainda bem que com freqüência, porque são muitas as fábricas que se inauguraram no Brasil – tem sempre a impressão de estar entre um laboratório e uma escola. Os prédios são amplos, as máquinas são modernas, o trabalhador é cuidado, participa, assume responsabilidades, participa das decisões de gestão. Há um processo efetivo de transformação das rela-

ções de trabalho dentro da fábrica e das relações técnicas de produção no Brasil.

Essa é a nossa grande vantagem. Não quero referir-me a outros países, porque seria indelicado. Fi-lo com a França porque lá reduziu-se o desemprego, mas outros não têm conseguido enfrentar esse desafio de aumentar a produtividade e de transformar, realmente, a própria unidade produtiva para compaginá-la com o mundo moderno. Nós estamos fazendo isso. E isso não é um trabalho de governo. Isso é um trabalho de sociedade. Isso é um trabalho de toda a coletividade, que está, efetivamente, avançando assim. Por isso é que temos, hoje, a possibilidade de ouvir o que ouvimos do Ministro Dornelles a respeito das transformações na questão do trabalho no Brasil.

Agora, o Ministro Dornelles se referiu a outro dado que é importante, que é o do salário mínimo. Há poucos instantes, falei com o Governador do Rio Grande do Sul, por outra razão, por causa da aftosa, mas aproveitei para cumprimentá-lo, porque o Governador do Rio Grande do Sul resolveu colocar o piso salarial em 230 reais. Esse é o caminho. Os estados que puderem devem fazê-lo. Não há mais a necessidade de ficarmos todos atados ao déficit da Previdência. E é hipócrita desejar que a União aumente e não cobrar que os estados aumentem, quando os estados podem, porque não estão atados pelas mesmas amarras que nos atam ao déficit da Previdência. Eles não têm a obrigatoriedade de aumentar o mínimo unificado. Podem aumentar no piso da categoria dos trabalhadores. É um movimento que está em marcha no Brasil. Não é o único estado, mas o fato de o Rio Grande ter tomado essa decisão me parece que é bastante expressivo.

Queria lhes dizer também que, se é verdade que, no plano específico de qualificação de mão-de-obra, de utilização do seguro-desemprego, de utilização desses 32 bilhões de reais – que é muito dinheiro, são 3% do PIB –, nós temos avançado, avançamos, e muito, também utilizando recursos desses fundos em alguma coisa que é essencial para o Brasil: primeiro, no que diz respeito aos programas do chamado Brasil Empreendedor, que afetam, basicamente, as pequenas e médias empresas. O êxito desses programas tem sido realmente extraordinário. A peque-

na e média empresa representam 60% da força de trabalho e 42% da massa salarial.

Estamos fazendo um esforço imenso de acesso ao crédito para essas empresas e de treinamento nos projetos para o desenvolvimento delas. Todas as nossas metas têm sido superadas e a soma de recursos destinada ao financiamento das pequenas e médias empresas cresce exponencialmente e somam bilhões – não são milhões, não – bilhões de reais. E cada vez que recebo um relatório, vejo que as metas foram ultrapassadas. É isso que está assegurando essa possibilidade da redução forte do desemprego, porque a grande empresa, naturalmente, ajuda porque dinamiza as demais, mas ela própria não pode ser a fonte de expansão da oferta de emprego, porque a tecnologia intensiva limita diretamente na empresa esse aumento, embora indiretamente ela também ajude. Mas nessa imensa teia de pequenas e médias empresas, aí, sim, havendo, como está havendo, a melhor capacitação do empresário e recursos mais adequados para que o empresário possa ousar mais na sua área de produção, temos garantido a ampliação dessas empresas.

Mas eu também queria me referir a outra área que, no caso do Brasil, é muito importante, que é a área agrícola. Na sexta-feira passada, me reuni, aqui, com os dirigentes nacionais e dos diversos estados do Brasil, da Contag. Eles fazem, cada ano, desde que estou na Presidência, pelo menos, o que chamam O Grito da Terra.

Bom, nesse Grito da Terra existe uma negociação, em que a Contag, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, apresenta uma pauta de reivindicações. Ela traz primeiro ao Presidente da República e, depois, passa a negociar com os vários ministérios. E, no fim da negociação, volta a conversar comigo. Há anos mais difíceis, anos mais fáceis, mas há diálogo.

E a Contag tem feito – ela reconheceu – uma parceria, na verdade, à moda brasileira, muitas vezes sem que se perceba que é uma parceria. Porque, freqüentemente, se dá sob a forma de forte reivindicação, até mesmo de acusações de que o Governo não está fazendo nada, mas, na verdade, sabendo que o Governo está fazendo. E, nessa reunião de sexta-feira, reconheceram que nós já assentamos 400 mil famílias no cam-

po – o que significa que nós fizemos a reforma agrária. Estamos fazendo a maior reforma agrária que existe no mundo capitalista de hoje. Fora da revolução, nenhum país deu tanta terra em tão pouco tempo àqueles que necessitam da terra, como o Brasil, a despeito das dificuldades do processo.

E, num dado momento, numa das reivindicações, eles reclamaram do fato de o Governo ter baixado – eu ter baixado – medidas provisórias que impedem a vistoria para a desapropriação das terras que são invadidas. Eu disse: “Olha, eu, além de Presidente, sou sociólogo. E, em 1961, escrevi um artigo a favor da reforma agrária. Como Senador, apresentei um projeto de reforma agrária e, como Presidente, estou fazendo a reforma agrária. Entendo, portanto, a reivindicação, o clamor. Até mesmo...” – e até pedi que tomassem cuidado, que não pusessem manchete nos jornais: “Presidente manda ocupar terra” – “...até mesmo quando existe, aqui e acolá, uma pressão sobre a terra. Agora, quando essa pressão perde a natureza de reivindicação social e passa a ser política, quando se invade banco, quando se invade edifício público, quando se invade fazenda produtiva, perde-se a razão de ser e o Governo, então, freia o movimento, porque há uma interação dialética – se me permitem a expressão – entre o Estado e movimento social”.

O Estado não avança sem o movimento social. Mas o movimento social, sozinho, não consegue, também, transformar a sua reivindicação em ordem, ou seja, em alguma coisa que é legítima, que é aceita pelo conjunto da sociedade. E nós estamos levando adiante esse diálogo, penosamente, mesmo – no começo, até com o MST, até que o MST resolveu ir pelos descaminhos de fazer pressão a todo custo, sem ter, realmente, um objetivo mais determinado da continuidade do processo de reforma agrária. Mas a Contag, sim.

E isso se faz por quê? Porque nós estamos utilizando os recursos que são oferecidos pelos trabalhadores e pelas confederações patronais, para que tenhamos a possibilidade de fazer o Proger, de fazer o Pronaf. E o Pronaf é um programa que não existia, foi criado em 96. E, hoje, nós estamos financiando em torno de 4, 5 bilhões de reais, para financiar a pequena unidade produtiva. Até sugeri que pensassem um pouco

melhor, porque são programas, não são leis. Amanhã ou depois, não se sabe o que acontece, com um novo Presidente ou um novo governo.

O fato é que, graças a esse conjunto de ações, o Brasil está se modernizando, está avançando industrialmente, está conseguindo enfrentar crises difíceis, como ainda recentemente, difíceis, sem perder o rumo, sem perder a esperança e sem perder a capacidade de atender às reivindicações legítimas e de processar, portanto, as modificações necessárias, nas relações de trabalho.

Devo dizer que, nesse aspecto, nós não descuidamos nunca dessas questões, mesmo quando estamos nas negociações mais complexas, de ordem internacional. Ainda recentemente me foi dado estar em Quebec, onde pude falar, com muita clareza e muita simplicidade também, àqueles que me escutavam, que eram todos os líderes do hemisfério, sobre quais eram as posições do Brasil, em matéria de negociação internacional. Sem bazófia, sem atitude de atrevimento, que não resolve, mas com a firmeza necessária para defender os interesses do Brasil, coloquei com clareza as questões. E não fugi do tema que, muitas vezes, é um tema que é posto como que para paralisar as nossas ações, que é o tema do meio ambiente e das cláusulas trabalhistas.

O Brasil não tem por que ter medo nenhum de cláusula trabalhista. O Ministro Francisco Dornelles acabou de dizer que o meu governo firmou convenções da OIT que nunca tinham sido firmadas, por temor de que nós estivéssemos sem condições de executá-las.

Na questão do combate ao trabalho infantil, nós temos feito o possível e o impossível. Segurança do trabalho, idem. Só não queremos uma coisa: que utilizem essas cláusulas como pretexto para impor barreiras comerciais. É preciso separar muito bem o que é a legítima preocupação com o trabalhador, com a questão do trabalho, trabalho infantil, trabalho penoso, e assim por diante, da outra questão, que é a utilização disso como mecanismo para agravar a situação do País, limitando o acesso aos mercados, sob pretexto de que o produto é produzido em condições de exploração vil da mão-de-obra.

Não queremos a exploração vil. Mas não aceitamos o pretexto da exploração para frear as exportações. Coisas simples, coisas claras, mas

que temos sempre presentes na nossa vida cotidiana. E é evidente que agora, em que todos discutimos – e é preciso discutir mesmo, porque se trata de um processo que está a desafiar o conjunto do hemisfério, assim como está a desafiar a relação do hemisfério com a Europa, e essas questões de integração comercial se impõem – é que nós precisamos ter muita lucidez para saber que caminhos percorrer, com que vigor percorrê-lo e como, ao percorrê-lo, não perder de vista nunca o interesse do trabalhador, o interesse nacional.

É, portanto, com esse espírito, com esse espírito de uma parceria, que tem dado bons frutos, que nós, na verdade, fazemos esse reconhecimento àqueles que têm ajudado a, sem perder de vista os interesses específicos de suas categorias, de suas classes, entender que esse diálogo é necessário para que possamos avançar de maneira conseqüente.

Quero lhes dizer também que, nessa matéria, nunca podemos esquecer o papel relevante que tem o Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprovou uma série de medidas, como, por exemplo, as comissões de conciliação prévia, que, no começo, sempre sofrem oposição. Depois, são percebidas como elas são: passos adiante. Como temos aprovado também a questão da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Orgulho-me de dizer que fui um dos autores dessa lei, quando era Senador. Eu e mais dois Senadores. O outro é o Vice-Presidente da República e o outro é o Vice-Presidente do Senado de hoje. Nós apresentamos e houve um rechaço unânime dos sindicatos. Durante muitos anos, ouvi reclamações de que eu estava querendo amortecer a luta dos trabalhadores. Hoje, os trabalhadores que aqui estão sabem que, ao invés de amortecer, esse mecanismo aumenta o espaço de luta dos trabalhadores e garante, efetivamente, uma atitude mais condizente com o mundo moderno, em que o trabalhador tem que, efetivamente, participar dos lucros e resultados. Num dado momento, como a matéria estava emperrada no Congresso, ela se transformou em medida provisória. Já foi aprovada? Melhor ainda. Virou lei, então. Então, já não temos mais que nos preocupar com isso.

Mas sempre é preciso ter presente que essas reivindicações só avançam de maneira eficaz quando, efetivamente, temos também o Con-

gresso Nacional envolvido na discussão, e que uma relação em uma sociedade moderna democrática não pode ser só entre trabalhadores e empregados, nem entre trabalhadores, empregados e o Executivo, mas tem que ser sempre mediada pela ação permanente do Congresso Nacional, porque as formas de legitimação democrática são essenciais, senão o que vence, em um dado momento, às vezes, até sob muito aplauso, se transforma, no momento seguinte, em um obstáculo, porque não tem o apoio do conjunto da sociedade. E a democracia, bem pode ser mais lenta que formas de ação mais diretas – mas na verdade, essas formas de ação mais direta quase sempre demonstram, como ainda têm demonstrado no Brasil, a que desastre levam, a que desastre as atitudes de intemperança, essas atitudes que parecem que são fortes, que resolvem tudo, que não negociam, que não têm medo de nada poder levar, muitas vezes, a precipitações. Isso vale para tudo e vale, sobretudo, nas relações de trabalho.

E me orgulho de dizer que temos feito o possível e o impossível, no meu governo, para que as relações de trabalho sejam consideradas como essenciais, tão essenciais quanto as relações de produção em geral, mas elas todas, umas e outras, estão subordinadas a um sentimento maior, que é o do interesse do conjunto do País. É, portanto, o interesse da Nação e é, sobretudo, fazer com que tudo isso flua dentro daquilo que é essencial: a ordem, o respeito à lei, à democracia e à Constituição.

Parabéns aos Senhores!